



Município de Alfândega da Fé — Câmara Municipal

D. ADMINISTRATIVA FINANCEIRA (DAF)

INFORMAÇÃO n.º 018/ 2019 . torres

DATA : 2019/02/26	
NIPG : 416/19	DE : JOSE MANUEL TORRES – TECNICO SUPERIOR
REGISTO (DOC.) : 1864	PARA : Sr.ª Presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé
CLASSIFICADOR : 006. - AQUISIÇÕES E APROVISIONAMENTO	ASSUNTO : Envio das peças do procedimento - aquisição de diverso material para obras de administração direta do município, conforme consta do Caderno de Encargos.
PROCESSO : -----	

DESPACHO :

<p>Aprovo</p> <p>26-02-2019</p> <p><i>Beckelias</i></p>	<p>A Srª Presidente para dispensar júri, tendo em conta a fundamentação do Técnico Superior.</p> <p>Carla Victor- Chefe da DAF em 20-03-2019</p> <p><i>@victor</i></p> <p>Concordo.</p>
---	---

21-03-2019

PARECER :

<p>Pode a Srª Presidente aprovar as peças do procedimento supra mencionadas. Deve ainda assinar convite e caderno de encargos.</p> <p>Carla Victor- Chefe da DAF em 26-02-2019</p> <p><i>@victor</i></p>	<p><i>Beckelias</i></p>
--	-------------------------

SEGUIMENTO:

<p>Enquanto membro do Júri, analisado presente processo relativo às empresas convidadas, verificou que apenas foi recebida uma única proposta, do concorrente Fernando Joaquim Vilares, através do email datado 18 de março dentro do prazo estipulado. Ora, analisado o n.º4 do artigo 67.º do CCP, constata que o Júri pode ser dispensado quando tenha sido recepcionada uma única proposta. Nestes termos, solicita a possibilidade de a entidade adjudicante dispensar o Júri, com o intuito de agilizar o processo, para dar andamento à contratação em causa.</p> <p>20-03-2019 Jose Torres</p>
--

TEXTO :

No cumprimento do Despacho Superior de 17 de janeiro de 2019 da Sr.^a Presidente da Câmara Municipal, exarado na informação nº006/2019, da Assistente Técnica ai identificada, e de acordo com o despacho datado de 16 de janeiro de 2019, da Chefe da Divisão de Obras e posterior despacho datado de 21 de janeiro da Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, cumpre informar sobre os trâmites legais, para efeitos do presente procedimento.

1. Da decisão de contratar

De acordo com o estipulado nos art.º (s) 32º. a 36º do Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei no 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação revista e atualizada (doravante designado por CCP), solicita-se autorização para a aquisição de diverso material para obras de administração direta do município, conforme consta do Caderno de Encargos.

2. Escolha do tipo de procedimento

Para os efeitos previstos, no art.38.º do CCP, propõe-se que, seja realizado um procedimento através de consulta prévia.

3. Entidades a convidar.

Quanto ao número de entidades a convidar, prevê o art. 114º, CCP, que, sempre que o considere conveniente, a entidade adjudicante pode convidar a apresentar proposta mais de uma entidade.

Propõe-se, que sejam convidadas as seguintes entidades fornecedoras de tipo de bens, conforme indicação dos serviços:

- Fernando Joaquim Vilares;
- Probloc;
- Obvio Exemplar;
- Alto das Fontes.

De acordo com a informação reportada pela Secção de Aprovisionamento e Património, verifica-se o cumprimento do disposto no n.º (s) 2 e 5 do artigo 113.º do CCP; não se verificando qualquer impedimento legal para efeitos de convite.

4. Aprovação das peças

De acordo com a alínea a) do n.º1 art. 40 do CCP, solicita-se a aprovação de programa do procedimento – caderno de encargos e convite.

5. Preço

Para os efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, e de acordo com a alínea a) do n.1 do art. 47.º do CCP, estima-se que o respetivo preço contratual não deverá exceder o valor de €21.194,59 (vinte e um mil, cento e noventa e quatro euros e cinquenta e nove cêntimos) + IVA, a satisfazer pela proposta de cabimento 118/2019.

O preço foi fixado, com base nos custos médios unitários promovidos e praticados pela entidade adjudicante, para fornecimentos do mesmo tipo, conforme referido no processo.

6. De acordo com o que dispõe o referido diploma legal torna-se necessário proceder à designação do júri, já evidenciado no processo.

José Manuel Torres ----- Presidente

Carlos Uvaldo Herdeiro ----- 1.º Vogal efetivo
 Daniela Margarida Casimiro Simões Gomes ----- 2.º Vogal efetivo
 Maria José Afonso Amaro ----- 1.º Vogal Suplente
 Cristina Maria Chincalece Feleciano ----- 2.º Vogal Suplente

Todos os membros do Júri aqui designados subscrevem declaração de inexistência de conflito de interesses, conforme modelo previsto no anexo XIII ao presente Código e que dele faz parte integrante.

7. O critério de adjudicação e os eventuais fatores e subfactores:

O critério de adjudicação será o da proposta economicamente mais vantajosa, tendo por base a avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, nos termos do previsto na alínea b) do n.º 1 e n.º 3 do artigo 74.º do CCP.

Nos termos do disposto nos n. (s) 4 e 5 do artigo 74.º do CCP, estabelece-se como critério de desempate, o sorteio, a desenrolar presencialmente com os interessados, em data, hora e local a comunicar com a antecedência de um dia útil, do qual será lavrada ata por todos os presentes.

8. Preço ou custo anormalmente baixo: Para efeitos do disposto nos números 1 e 2 do artigo 71.º do CCP, o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo quando o preço da proposta for 20% (vinte por cento) inferior em relação à média dos preços das propostas admitidas.

9. Caução

Não à lugar a prestação de caução.

10. Das diversas fases de procedimentais:

Depois de ponderados os aspetos supra referidos, cumpre informar sobre as diversas fases do procedimentais:

a) Do prazo para a apresentação de proposta:

O prazo para a apresentação de proposta, pela entidade adjudicatária, é fixado livremente no convite, devendo, no entanto, ser respeitado um período razoável para a preparação da proposta, tendo em conta as características e a complexidade das prestações a realizar (art.º 63º/2. CCP).

b) Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento:

Fixando-se um prazo de 10 dias para apresentação de proposta, os esclarecimentos sobre as peças do procedimento, bem como as retificações das mesmas, podem ser prestados ou efetuadas até ao dia anterior ao termo daquele prazo (artº116º, CCP).

c) Da adjudicação / outorga do contrato

Depois de adjudicado, notifica-se a decisão da adjudicação e subseqüentemente pede-se ao concorrente os documentos de habilitação referidos no art.º 81º/1, CCP. E só após a entidade adjudicatária apresentar os documentos de habilitação, é que é possível a outorga do contrato.

Quando é notificada a minuta do contrato, para efeitos de aprovação da mesma pela entidade adjudicatária, se esta não vier dizer nada, a entidade adjudicante tem de guardar 2 dias para que a mesma se considere aceite. A entidade adjudicatária pode emitir uma declaração, antes desse prazo, em que aceita a minuta do contrato, ficando desta forma a entidade adjudicante dispensada de aguardar pelo termo dos 2 dias anteriores referidos.

11. Entidade competente

Ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei no 197/99, de 8 de Junho, que se mantêm em vigor por força do disposto na alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na redação revista e atualizada, a entidade competente para autorizar a despesa é a Senhora Presidente da Câmara Municipal.

Anexos:

Convite

Caderno de encargos.

CONCLUSÃO :

— Proõe-se, que as peças do procedimento sejam aprovadas, para o devido andamento do processo, se assim for determinado superiormente, tendo presente todos os elementos do processo.

Técnico Superior:



Jose Torres em 26-02-2019

JOSE MANUEL TORRES